

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS CRIADAS PARA/PELOS DESAFORTUNADOS EM NATAL (RIO GRANDE DO NORTE/BRASIL – 1890-1930)¹

R. M. B. SANTOS

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande de Norte

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-8187-7140>

renato.marinho@ifrn.edu.br

Submitted June 5, 2022 - Accepted December 13, 2023

DOI: 10pts.15628/holos.2023.15193

ABSTRACT

The text focuses on the analysis of the relationships between Education, Poverty and Social Inequalities, based on the study of Education institutions created in Natal, capital of Rio Grande do Norte, for/by the poor and working classes. Among such institutions, the School of Craftsmen Apprenticeship, created in 1909, stands out. aimed at the poor classes. Finally, we will see how workers, organized in societies since the end of the 19th century, move in this scenario, including their actions in the educational field. For this purpose, decree nº

7.566/1909, maps of Natal between the 19th and 20th centuries and articles from the newspaper A República will be analysed, among other sources. In conclusion, we observe that the ruling groups wanted to conform the disadvantaged of fortune to an ideal of city and society. But this attempt suffered setbacks on the part of the people, who disobeyed the norms provided for in municipal resolutions, subverted order and discipline at the School and created societies and schools for their children.

KEYWORDS: Education, Poverty, Social Inequalities, School Institutions, Discipline.

EDUCATION, POVERTY AND SOCIAL INEQUALITIES: A STUDY CASE FROM EDUCATIONAL INSTITUTIONS ESTABLISHED FOR/BY UNFORTUNATES IN NATAL (RIO GRANDE DO NORTE/BRAZIL - 1890-1930)

RESUMO

O texto se volta à análise das relações entre Educação, Pobreza e Desigualdades sociais, a partir do estudo de instituições de Educação criadas em Natal, capital do Rio Grande do Norte, para/pelas classes pobres e trabalhadoras. Entre tais instituições, destaca-se a Escola de Aprendizes Artífices, criada no ano de 1909. Desejamos compreender o impacto dessa instituição na cidade do Natal no início do século XX, bem como compreender a relação dessa Escola com outras instituições educacionais da época, também voltadas às classes pobres. Por fim, veremos como os operários, organizados em sociedades desde o fim do século XIX, se

movimentam nesse cenário, incluindo suas ações no campo educacional. Para tanto, serão analisadas, entre outras fontes, o decreto nº 7.566/1909, mapas de Natal entre o século XIX e XX e matérias do jornal A República. Em conclusão, observamos que os grupos dirigentes queriam conformar os desfavorecidos de fortuna a um ideal de cidade e sociedade. Mas esse intento sofreu reveses por parte dos populares, que desobedeciam a normas previstas em resoluções municipais, subvertiam a ordem e disciplina na Escola e criavam sociedades e escolas para seus filhos

Palavras chave: Educação, Pobreza, Desigualdades sociais, Instituições escolares, Disciplina.

¹ Uma versão ampliada e modificada deste texto foi publicada na Revista *Paradigma*, volume 43, em setembro de 2022.

1 INTRODUÇÃO

As linhas que se seguem foram elaboradas a partir de inquietações ligadas ao tema Educação, pobreza e desigualdades sociais, apresentado e debatido em mesa redonda do II Seminário pedagógico hispano-brasileiro - I Seminário pedagógico Ibero-americano "Práticas escolares e socioeducativas", evento organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em parceria com a Universidad Complutense de Madrid e com o Instituto Federal do Rio Grande do Norte.

Na oportunidade, pude debater com outros colegas do campo da História da Educação a temática há pouco referida, no contexto ibero-americano. Participaram da mesa os (as) seguintes pesquisadores(as): Kilza Fernanda Moreira de Viveiros (UFRN); Alysson André Régis Oliveira (IFPB); Germán López Noreña (Universidad Santiago de Cali, Colombia); e Marlyn Noemí López Rojas (Unidad Pedagógica de Innovación, Paraguay)².

É certo que, ao juntar em uma mesa pesquisadores e pesquisadoras com trabalhos voltados a distintos recortes temporais e espaciais, foi possível tratar do tema sob diferentes prismas, de modo a oferecer aos que acompanhavam as falas um caleidoscópio de ideias e reflexões ligadas à temática. As pesquisas, porém, se encontravam ao analisarem as complexas relações entre Educação, pobreza e desigualdades sociais. Seja na Colômbia, Paraguai ou no Brasil, em seus diversos cenários, é possível observar que a Educação, tratada no discurso liberal como motor para o Progresso e desenvolvimento, pode também ser usada pelos grupos dominantes, aqueles que assumem as instituições responsáveis pelo governo da sociedade, para reforçar desigualdades sociais, sedimentar barreiras entre classes e submeter os pobres ao "seu devido lugar".

Foi o que se passou no Brasil, nos anos iniciais do século XX, quando o governo da República, à época sob a presidência de Nilo Peçanha, resolveu criar as Escolas de Aprendizes Artífices, por meio do Decreto nº 7.566/1909. Destinadas aos "desfavorecidos de fortuna", tais instituições educacionais, voltadas ao ensino primário aliado ao aprendizado de um ofício, deveriam afastar os jovens desafortunados da "ociosidade ignorante, escola do vício e do crime", fazendo-os adquirir "hábitos de trabalho profícuo" (Decreto nº 7.566, 1909).

Em síntese, as Escolas de Aprendizes Artífices partiam da concepção, elaborada pelos grupos dirigentes, de que o pobre, desafortunado, tendia à vadiagem e ao mundo dos vícios e que precisava, portanto, ser subordinado à cultura do trabalho para se tornar um cidadão disciplinado e útil à nação.

Espalhadas pelas capitais do Brasil, tais Escolas foram sendo inauguradas ao longo do ano de 1910. Interessa-nos, neste texto, entender o impacto que Escola de Aprendizes Artífices causou em Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, localizada na hoje instituída região Nordeste (à época da inauguração, o estado fazia parte da região Norte). É igualmente relevante compreender o papel de outras instituições educacionais da época, também voltadas às classes pobres e levantar hipóteses sobre as relações existentes entre elas. Por fim, veremos como os

² Este debate foi gravado e pode ser acessado pelo canal do Laboratório História e Memória da Educação (LAHMED) da UFRN, através do seguinte link: <https://youtu.be/ESTarHxE-Vc>.

operários, organizados em sociedades desde o fim do século XIX, se movimentam nesse cenário, incluindo suas ações no campo educacional.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.1 A Cidade de Natal e as instituições educacionais criadas *para* os desfavorecidos de fortuna

É pertinente, neste momento, fazermos uma breve descrição do espaço-tempo para o qual voltamos o nosso olhar: a cidade do Natal no início do século XX. Esta cidade é capital do estado do Rio Grande do Norte e, no período mencionado, era uma urbe acanhada. Havia, no alvorecer do século XX, apenas dois bairros: Cidade Alta e Ribeira. Apesar de geograficamente próximos, eram precariamente conectados. O bonde, puxado a tração animal, foi inaugurado em 1904 e ajudou a diminuir essa distância.

Nesse tempo, o desenho do espaço urbano foi sendo também significativamente transformado. Ainda em 1902, a resolução municipal nº 55 estabeleceu o traçado e limites de Cidade Nova (atualmente, Tirol e Petrópolis), primeiro bairro planejado da cidade, com linhas em xadrez, avenidas largas e arborizadas. Por fim, em 1911, uma outra resolução estabeleceu o Alecrim como o quarto bairro de Natal. As imagens a seguir (Figuras 1 e 2) nos trazem uma boa perspectiva da ampliação do tecido urbano natalense no início do século passado.

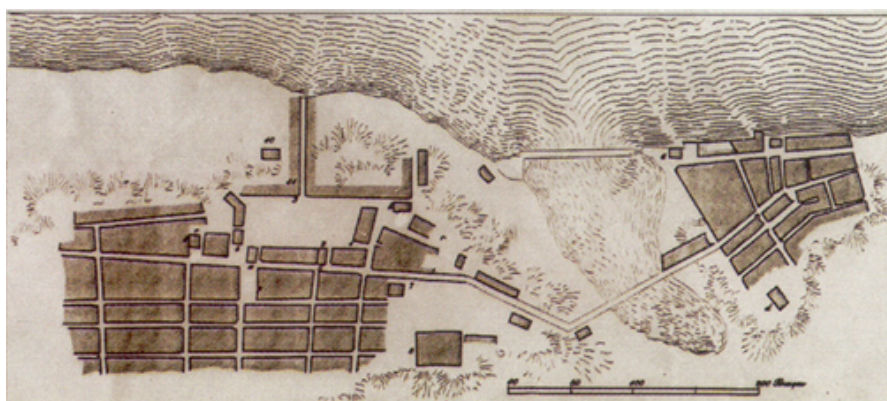


Figura 1: Mapa de Natal, elaborado por Candido Mendes em 1864, presente no Atlas do Império do Brasil. **Fonte:** Ferreira, Angela (et al), 2008, p. 49.



Figura 2: Planta topográfica elaborada pela Comissão de Saneamento de Natal, sob direção do engenheiro Henrique de Novaes (1924). **Fonte:** Ferreira, Angela (et al), 2008, p. 100.

As transformações pelas quais Natal passou no início do século XX não se limitavam à dimensão física de seu espaço urbano. Neste momento em que a capital potiguar ia se refazendo como cidade, mudanças também podiam ser vistas no campo educacional. Grupos escolares foram abertos, bem como escolas profissionais, sobre as quais falaremos a seguir.

As mudanças vividas por Natal no início do século XX, inclusive no campo demográfico, levam há dois movimentos para os quais precisamos estar atentos. De um lado, temos os grupos dirigentes tentando endireitar homens que seriam “cheios de vícios, menos moralizados” e que teriam “maior tendência à ociosidade” (Chalhoub, 2001, p. 48). A Escola será o principal caminho para endireitar esses homens, na visão daqueles grupos. Por outro lado, temos o crescimento do operariado local, uma classe que começou a se organizar em Natal (e, podemos dizer, no Brasil) no início do século XX a partir de diversas associações – políticas, recreativas, culturais – e que buscava espaço no cenário político local.

Esse esforço de organização, inclusive com a criação de escolas destinadas aos filhos dos trabalhadores associados, representa para nós uma ação de resistência e, ao mesmo tempo, de construção identitária desse grupo.

Nosso objetivo será o de analisar escolas organizadas para ou pelos trabalhadores na cidade do Natal nas primeiras décadas do século XX, atentando aos embates que surgem em virtude dos diferentes interesses, visões e práticas dos sujeitos aqui apresentados.

Começemos por uma matéria de jornal. No *A Republica*, em 02 de fevereiro de 1899, publica-se o seguinte texto:

Ontem, o major Raymundo Filgueira prendeu o menor João Gonçalves Germano, que praticava roubo no mercado público.

Verificando que o menor Germano era órfão e desvalido, a mesma autoridade mandou apresentá-lo ao Juiz Distrital em exercício, que o enviou ao Capitão do Porto desta cidade, afim de fazê-lo seguir para a Escola de Aprendizes [Marinheiros], no Rio de Janeiro. (CORREIO. *A Republica*, 1899, p. 1; grifos nossos).

Esses três adjetivos – menor, órfão e desvalido – utilizados para classificar João representam características comuns ao público que frequentava as Escolas de Aprendizes Marinheiros e, também, as Escolas de Aprendizes Artífices. O conceito de menor, em específico,

começou a ser disseminado no final do século XIX e representava aquelas crianças pobres das urbes, que vagavam por suas ruas, muitas vezes imersas no mundo do crime, abandonadas “tanto material como moralmente” (Londoño, 1991, p. 135), tendo em vista que seus pais ou tutores, entregues aos vícios e à vadiagem, não exerciam sobre elas autoridade. Nesse sentido, cabia ao Estado guardá-las e cuidar para que fossem tornadas cidadãs úteis.

As Companhias (posteriormente, Escolas) de Aprendizizes Marinheiros, inclusa a de Natal, tinham, portanto, uma clara função social.

A respeito dessa função, Soares Jr e Cury são enfáticos ao afirmarem que as Escolas/Companhias de Aprendizizes Marinheiros – com destaque para as de Natal e João Pessoa –, intentavam cumprir o papel de “adestrar crianças tanto no que concerne à educação daquelas enviadas pelos pais (...), como daquelas **crianças desvalidas, sem casa, sem família, em condição de vulnerabilidade, realizando uma higienização de possíveis delinquentes e vadios nas ruas das vilas e cidades (...)**”. (Soares Jr; Cury, 2019, p. 115; grifo nosso). Essas crianças, lembram Soares Jr e Cury, eram muitas vezes “conquistadas no ‘laço’, à força de justiça”.

Foi exatamente esse o caso de João Gonçalves Germano, conquistado no laço e destinado a uma cidade que distava da sua milhares de quilômetros e onde não possuía raízes.

Se nos meados do século XIX, as Companhias/Escolas de Aprendizizes Marinheiros já tinham uma clara função higienizadora, essa função passa a se tornar mais evidente na virada do século XIX para o XX, momento em João Germano é preso pelo major Filgueira. Foi nesse contexto, marcado por um discurso novo de um novo regime, que os grandes centros urbanos passaram por reformas que alteraram suas feições, caso marcante do Rio de Janeiro, que teve seu centro remodelado pelas mãos do engenheiro Pereira Passos. Esse surto de modernização chegou também a Natal, embora, claro, de maneira mais acanhada, dada a escassez de recursos para reformas mais profundas.

As instituições escolares se vinculam diretamente a esse contexto.

Em matéria publicada em janeiro de 1910, a tratar da inauguração da Escola de Aprendizizes Artífices de Natal, o redator, sem esconder seu entusiasmo, afirmava que essa instituição prestaria “inestimáveis serviços à nossa terra, fazendo dessa grande quantidade de **pequenos vagabundos que infestam** as ruas, habitués das tavernas e das tavolagens, homens úteis, artistas competentes nas diversas profissões em que se desdobra o curso da Escola” (Escola. *A Republica*, 1910, p. 1; grifos nossos).

Restava clara, desde o primeiro momento, a função higienizadora da instituição recém inaugurada. O termo “infestam” associado a “pequenos vagabundos” evidencia que a pobreza é tratada como uma doença, uma mácula para uma cidade que se quer, pelas mãos de seus dirigentes, sã e bela.

2.2 Sociedades e instituições educacionais criadas *pelos* trabalhadores

Até o presente momento, referimo-nos a escolas feitas para os trabalhadores e seus filhos, genericamente denominados de desfavorecidos de fortuna. Vimos que as instituições tratadas – Companhia de Aprendizizes Marinheiros e Escola de Aprendizizes Artífices – tentavam conformar os

tais desafortunados a um determinado ideal de ordem e de sociedade. Maculados, sujos por um suposto defeito de origem, esse público seria higienizado pelas Escolas.

Mas os desfavorecidos de fortuna não eram tábula rasa. Alguns “barulhos” gerados por esses sujeitos podem ser percebidos no jornal A República, escrito pelas mãos do grupo dirigente. Vejamos alguns exemplos.

Reclamação publicada em 1905 referia-se ao “modo descortês” com que “pessoas de pé no chão” (Jardim, *A Republica*, 1905) usavam os bancos da praça Augusto Severo, bairro da Ribeira. Uma matéria publicada em 1904 mostrava a ira de moradores de Cidade Nova, bairro nobre de Natal, com um “batuque infernal” (Batuque, *A Republica*, 1904) de alguns sujeitos que praticavam o zambê (ou coco de zambê), tratada na matéria como “diversão popular barata”. Matéria de 08 de julho do ano anterior, se referia ao coco de zambê como “samba” e afirmava que o “berreiro infernal” era gerado por uma “súcia de vadios” (Samba. *A Republica*, 1903, p. 1). Ao fim, a matéria ainda aludia à resolução municipal que criara o bairro de Cidade Nova, de nº 55/1901, conclamando a Intendência Municipal a “retirar todos os casebres” da área que circundava a praça Pedro Velho.

Esses “barulhos” dos populares são entendidos por nós como formas de resistência às ações e estratégias do grupo dirigente, que viam os desafortunados como uma mácula ou mesmo uma doença a ser extinta daquela cidade que se queria moderna, civilizada, sã e bela. Essa resistência poderia se dar também através da organização dos trabalhadores em sociedades instituídas a partir da segunda metade do século XIX.

Quadro 1 – sociedades operárias em Natal-RN (1890-1930)

Nome	Ano de fundação
Centro Operário Luiz da França	1890
Sociedade dos Artistas 16 de julho	1899
Liga Artístico-Operária Norte-rio-grandense	1904
Centro Operário Natalense	1911
Círculo de Operários Católicos São José	1919
União de Sapateiros	1920
Sociedade de Estivadores Potengi	1923
União Operária	1925?
Sociedade Beneficente Operária da Repartição dos Serviços Urbanos	1927

União Trabalhista	1929
Liga Protetora dos Alfaiates	1930
Liga Protetora dos Sapateiros	1930
Sociedade Beneficente dos Operários do Saneamento	1930

Fonte: adaptado de Souza, 2008, p. 118-119.

Criada no ano de 1904, a Liga Artístico-Operária Norte-rio-grandense era mencionada com certa constância no Jornal A Republica, fosse para fazer referência ao aniversário da Sociedade ou, por exemplo, para relatar a realização de uma reunião dos associados. Sua sede, localizada em uma das principais artérias da cidade, a Avenida Rio Branco, indicava que a Liga gozava de prestígio na sociedade natalense (Figura 3).



Figura 3: montagem com imagens da sede da Liga Artístico-Operária Norte-Rio-Grandense. À esquerda, a edificação no início do século XX; à direita, o prédio hoje, ainda de pé, na Avenida Rio Branco. **Fonte:** acervo pessoal do pesquisador Luciano Capistrano.

Matéria do A Republica, ano de 1913, traz indícios de como agia o movimento operário, organizado através da Liga, do Centro Operário Natalense, entre outras associações, na busca por mais espaço e protagonismo no cenário político local. A publicação afirmava que

Uma comissão de operários composta dos srs. Francisco Gomes de Albuquerque Silva, João Estevam Gomes da Silva e João Baptista, esteve na Vila Barretto, onde foi comunicar ao exm^o dr. Alberto Maranhão a resolução dos seus companheiros de classe, que pretendem apresentar candidatos a uma cadeira no Congresso Legislativo e à Intendência Municipal. S. Ex. prometeu prestigiar a nobre iniciativa do operariado riograndense (Varias, 1913, p. 1).

Pelo que apresenta a matéria, a comissão de operários foi ao encontro do governador Alberto Maranhão para “comunicar” a resolução tomada pelos “companheiros de classe”. Dito de outro modo, os operários tomaram uma decisão coletiva com base nos interesses de classe. Cientes de que precisavam de endosso para que o pleito fosse atendido, buscaram o apoio do governador do estado. A clareza de que esse apoio é concedido vem ao final da publicação, quando se afirma que o governador “prometeu prestigiar a nobre iniciativa do operariado riograndense”. Verificamos, também, que a reunião para definição dos candidatos do operariado ocorreria no Natal Club, sociedade recreativa frequentada pelos grupos abastados da capital potiguar, o que ratifica o apoio dado por Alberto Maranhão.

Em 1925, vemos mais um indício da articulação dos trabalhadores em Natal. Uma resolução municipal faz referência a três escolas organizadas por sociedades operárias: uma vinculada ao Centro Operário Natalense, outra à Liga Artístico-Operária e uma terceira organizada pela União Operária. Cada uma delas recebia uma subvenção da Intendência no valor de 600\$000 (seiscentos mil réis). Esse valor, certamente relevante para o funcionamento das escolas, revela que as sociedades operárias guardavam boa relação com o poder municipal. A iniciativa de “Sentar com os donos do poder” (Souza, 2020, p. 2) proporcionava, sem dúvida, ganhos para essas sociedades.

3 CONCLUSÕES

A Companhia de Aprendizes Marinheiros, a Escola de Aprendizes Artífices e escolas criadas por organizações operárias da capital como a Liga Artístico-Operária do Rio Grande do Norte, o Centro Operário Natalense e a União Operária eram voltadas aos filhos dos operários, dos pobres ou desfavorecidos de fortuna. Para aqueles que dirigiam os destinos do país e, de maneira mais específica, para os que comandavam a capital potiguar, importava controlar essa massa de homens desafortunados

Mas os trabalhadores também se organizavam e resistiam. A localização das organizações operárias e suas escolas indica seu prestígio naquela sociedade. O Centro Operário Natalense estava localizado na Rua 13 de Maio, no bairro de Cidade Alta; a Liga Artístico-Operária estava situada na Avenida Rio Branco, principal artéria do mencionado bairro. Assim, estavam próximos a instituições de poder, como a Intendência Municipal, o Congresso Legislativo e o Palácio do Governo. Também eram próximas à Escola de Aprendizes Artífices, localizada na mesma avenida que sediava a Liga Artístico-Operária. Ficaria essa proximidade restrita ao espaço físico? Não sabemos dizer. Mas podemos supor que algumas trocas e diálogos eram possíveis entre duas escolas localizadas na mesma avenida e destinadas aos desafortunados.

Não é razoável supor que essas sociedades operárias pretendiam realizar a *Revolução*. Não eram afeitos a “ideias perigosas”, nem queriam propriamente subverter a ordem. Matéria publicada no A Republica, alusiva ao aniversário de 22 anos da Liga Artístico-Operária Norte-riograndense, indicava bem os propósitos dessa sociedade operária: “Longe de abraçar idéas rubras, cuida da educação perfeita de seus filiados, inculcando-lhes no espirito esse amor fraternal que tanto dignifica a humanidade” (Vida..., 1926, p. 2). Se não queria subverter a ordem, é certo também que não se contentavam em mantê-la intacta. Queriam, sim, um espaço nesta ordem que lhes permitisse algum protagonismo, uma capacidade de ver atendidas algumas reivindicações, sem abalar as estruturas da sociedade.

Os grupos dirigentes queriam, efetivamente, conformar os desfavorecidos de fortuna a um ideal de cidade e sociedade. Mas esse intento sofreu reveses por parte dos populares, que desobedeciam a normas previstas em resoluções municipais, insistiam em praticar seu zambê, subvertiam a ordem e disciplina na Escola e criavam sociedades e escolas para seus filhos. Múltiplas estratégias de um grupo multifacetado. Em comum, a ideia de resistir a uma ordem que se lhes queria impor.

4 REFERÊNCIAS

Batuque infernal (1904). A Republica, Natal, 08 ago. 1904.

Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 (1909). Disponível em: portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 01 mar. 2015.

Chalhoub, S. (2001). *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro belle époque*. Campinas: Ed. Unicamp.

Correio (1899). A Republica, Natal, 02 fev.

Escola (1910). A Republica, Natal, 13 jan.

FERREIRA, A. L. A. Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento de Natal – 1850 a 1969. Natal: IAB/RN, 2008.

JARDIM. A Republica, Natal, 11 nov. 1905.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

Londoño, F. T. (1991). A origem do conceito menor. In: Del Priore, M. (Org.). *A História da criança no Brasil*. São Paulo: Cortez, p. 129-145.

Samba (1903). A Republica, Natal, 08 jul.

Soares Junior, Azemar dos Santos; Cury, Cláudia Engler. (2019) “Para formar o viveiro de bons marinheiros”: as companhias de aprendizes marinheiros da Parahyba e do Rio Grande do Norte (1871–1890). *Rev. Educ. Form.*, v. 4, n. 10, p. 112-130.

Souza, Felipe Azevedo. (2020). A blusa e a urna: metamorfoses do associativismo de trabalhadores em Pernambuco entre o Império e a República. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 12, p. 1-18.

Souza, I. de. (2008). *A República velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Natal: Ed.UFRN.

Varias. (1913). *A Republica*, Natal, 21 ago.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

SANTOS, R.M.B. (2023). EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS CRIADAS PARA/PELOS DESAFORTUNADOS EM NATAL (RIO GRANDE DO NORTE/BRASIL – 1890-1930). HOLOS, 2(39). Recuperado de <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/15193/version/11003>

SOBRE O AUTOR

R.M.B. SANTOS

Doutor pela Universidade do Minho, Portugal; Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN); Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP).

E-mail: renato.marinho@ifrn.edu.br

ORCID-ID: <https://orcid.org/0000-0002-8187-7140>

Editor(a) Responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento

Pareceristas Ad Hoc: Valentín Martínez-Otero Pérez e Marlúcia Menezes de Paiva



Submitted June 5, 2022

Accepted December 13, 2023

Published April 1, 2023